



Debate eleitoral com candidatos a prefeito de São Sebastião é realizado pelo Sindserv

Serão 200 lugares para os servidores sindicalizados que podem retirar a pulseira de acesso até dois dias antes do evento

pág. 3

Sindserv denúncia no Ministério Público irregularidades na Secretaria de Segurança

O município descumpra a Lei 13.022/2014 que regula a atividade da GCM



O Sindserv protocolou no Ministério Público, no dia 18 de agosto, um ofício denunciando o descumprimento do artigo 22, da Lei 13.022/2014, que regula as atividades das Guardas Civis Municipais (GCM) criando o estatuto geral. De acordo com a legislação, “aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação [11 de agosto de 2014], cujas disposições devem adaptar-se no prazo de dois anos”.

pág. 8

SINDSERV FLAGRA



“Na chon” – E de quase em quase, a prefeitura deixa o tempo passar até que a ‘tragédia anunciada’ acontece. Mais um espaço público vai ao chão, agora foi a vez da quadra da Escola Municipal Maria Alice Rangel, no Jaraguá, e a ventania foi o último empurrãozinho que faltava

pág. 6

Sindserv exige explicações sobre supostos desvios no FAPS

pág. 3

Centenas de servidores se divertiram no 5º Arraiá do Sindserv



págs. 4 e 5

Após pressão da categoria, prefeitura não irá descontar os dias de greve

Junto dos trabalhadores, a diretoria do Sindserv seguiu firme para garantir o não desconto dos dias de greve. O Sindserv protocolou, no dia 20 de junho, um ofício na Secretaria de Administração (Secad),

onde solicitou que não sejam computadas faltas referente às paralisações de 2015 e 2016, “bem como o ressarcimento do dia de trabalho descontado dos servidores públicos”, de acordo com o documento.

pág. 7

Espaço Jurídico: Procurador Administrativo X Guardas Civis Municipais

pág. 7

EDITORIAL

Ultrapassando os limites...

Entendemos que valorizar é dar à devida atenção, em todos os sentidos, e neste quesito a prefeitura deixa a desejar. São vários exemplos que podemos citar, mas nesta edição vamos falar especificamente de um, o prazo. Se formos citar a questão dos ofícios, que por Lei precisam ser respondidos em 15 dias, e ainda podem ser prorrogados por mais 15, a administração municipal passa longe da pontualidade. Não se vê ‘um pingão’ de preocupação, talvez por não ser quem está ‘atrás da mesa’ que esteja passando pelo problema, ou que esteja necessitando de uma providência. En-

quanto isso, o servidor que está passando pelas mais diversas situações, como corte de adicionais, problemas de saúde, condições precárias de trabalho, entre outros, não tem o privilégio de saber

cobrança contínua é certo que vão deixar cair no esquecimento, o que entendemos não como um descaso com o Sindicato, mas como um descaso com o servidor, com a categoria. E ainda tem outra

administração, sem sucesso. Chegam centenas de reclamações da longa espera por resposta. O trabalhador solicita administrativamente restituição de um adicional que foi cortado indevidamente, recebe um protocolo e é só aguardar por uma resposta que, quando vem, na maioria das vezes não é favorável.

Não admitimos este descaso com o servidor público. Não vamos deixar que as situações sejam ‘empurradas com a barriga’ e que o trabalhador seja deixado de lado. Vamos continuar cobrando as obrigações e responsabilidades da prefeitura para um serviço público de qualidade e valorização do trabalhador.

“ Não vamos deixar que as situações sejam ‘empurradas com a barriga’ ”

o que o gestor público entende da situação [nem vamos falar em ação, pois aí pode ‘esperar sentado’]. E quando a questão é prazo, se não tem uma

questão, na maioria das vezes que o Sindserv precisa tomar providências é porque o servidor já tentou o primeiro passo, resolver diretamente com

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545
E-mail: jornalismo@sindserv.com

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:

Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)
Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsuhashi; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:

Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes: Ivaldo Paixão Tavares Braga; Paulo Sérgio da Silva.

Jornalista: Jessyca Biazini – MTB 73.249/SP

Diagramação: Marizia Silva

Impressão: Atlântica Gráfica e Editora

Tiragem: 2.500 exemplares

ATENÇÃO ASSOCIADOS DO SINDSERV QUE POSSUEM PLANO SANTA CASA SAÚDE

O último dia de atendimento do Plano Percapto da Santa Casa Saúde será dia 10 de setembro.

Os servidores que tiverem interesse em renovação ou adesão sem carência do novo Plano Santa Casa Saúde devem procurar o Sindserv do dia 1/9 a 20/9 pelo telefone (12) 3892.1545 ou pessoalmente na sede central que fica na Rua José David do Vale, 33, Centro. (12) 3861.2692

Aposentados se divertem no cinema durante passeio organizado pelo Sindserv



O Sindserv, por meio da Comissão de Aposentados, organizou um passeio ao cinema, em Caraguatatuba. Com apoio do Centerplex e da Rádio Morada FM, cerca de 30 aposentados assistiram ao filme Ben-Hur na tarde de sexta-feira (19). A história conta a vida de Judah Ben-

-Hur, um príncipe destituído do título e forçado à escravidão, mas que consegue enfrentar o Império Romano e encontrar a redenção.

A história emocionou o grupo, inclusive aposentados que nunca tinham frequentado um cinema. “Foi ótimo. É a primeira vez que vou ao ci-

nema e foi muito divertido”, comentou Walter Ribeiro. “Adorei. É muito diferente assistir no telão. Se tiver mais vezes é só chamar”, completou Alfredo Ferreira.

Dorcas Minari destacou a escolha do filme. “Gostei muito da escolha do filme. Uma história interessante e

de uma época diferente da nossa. Estão de parabéns”, afirma. Já Tânia Sarak frisou que é um momento importante para que todos possam sair e encontrar os amigos. “Fica muito difícil se reunir ocasionalmente para momentos como este de descontração. É uma excelente iniciativa do Sindserv”, explica.

Eliete Freitas ainda complementa que o passeio foi organizado para proporcionar este dia de lazer e integração. “Estamos felizes

com o resultado. Todos elogiaram muito e fiquei muito contente de ver aposentados, como o José Gonsalves, encantados por vivenciarem este momento”, conclui.

O grupo ainda pode apreciar a exposição Mundo Jurássico que conta com 14 réplicas animatrônicas em tamanho real que se movimentam e fazem barulhos idênticos aos dinossauros. São figuras pré-históricas robôs gigantes montados cenograficamente como se estivessem vivos.



Sindserv realiza debate eleitoral com candidatos a prefeito de São Sebastião

Serão 200 lugares para os servidores sindicalizados que podem retirar a pulseira de acesso até dois dias antes do evento



No dia 15 de setembro, às 19h, na sede central do Sindserv, será realizado o debate eleitoral com os candidatos a prefeito de São Sebastião. Esta é a segunda edição do evento que tem como objetivo

apresentar aos servidores públicos municipais as metas e programas dos pretendentes ao cargo voltados para a categoria. A votação do primeiro turno será realizada no dia 2 de outubro deste ano.

Os cinco candidatos, Felipe Augusto (PSDB), Juan Manoel Pons Garcia (PMDB), Marcos Fuly (PTB), Paulo Henrique Ribeiro Santana (PDT) e Wagner Teixeira (PP), assinaram os ofícios e confirmaram presença no debate. O principal intuito do Sindserv com o evento é defender o interesse da categoria que representa no âmbito institucional e judicial e buscar subsídios para preservar a classe trabalhadora.

De acordo com o Sindicato, este debate é também uma forma de firmar um compromisso com o futuro prefeito de São Sebastião e, inclusive, todas as propostas serão registradas em ata que será assinada pelos candidatos ao final do evento e protocolada em cartório.

“Quem assumir a administração municipal no dia 1º de janeiro de 2017 está ciente que iremos acompanhar de perto o que será feito em benefício do servidor e teremos aqui uma importante ferramenta para cobrar as promessas. Somos mais de 4 mil, en-

tre estatutários, celetistas, aposentados, e com nossas famílias ultrapassamos 15 mil votos, merecemos respeito, dignidade e comprometimento por parte do Poder Executivo”, reforça a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

Participação dos servidores

Serão 200 lugares para os servidores sindicalizados assistirem ao debate. As pulseiras para entrada na sede central do Sindserv estarão disponíveis nas três sedes até dois dias antes do evento e não serão entregues no dia. Além disso, será colocado um telão na área externa entidade para transmissão ao vivo e posteriormente ficará disponível no site e redes sociais.

O servidor ainda pode enviar questões para o sorteio durante o debate, basta acessar o site www.sindserv.com ou [facebook.com/Sindserv](https://www.facebook.com/Sindserv). Independente, clicar no link indicado e preencher o formulário.

Programação do Debate / Regras

19 h- Abertura

19h10 - Composição da Mesa (Cada candidato poderá ter ao seu lado um assessor)

19h20 - Cada Candidato terá cinco minutos para apresentação

19h40 - Início dos Debates onde serão formalizadas cinco questões de igual teor a cada candidato, por ordem de sorteio, que terá quatro minutos para resposta, podendo exceder por no máximo mais um minuto

20h30 - Será concedido a cada candidato o espaço para uma pergunta dentro do tema, dirigida à apenas um dos seus adversários, por ordem de sorteio, com tempo de um minuto para pergunta e dois minutos para a resposta, com um minuto para replica e um minuto para treplica, se necessário

21h20 - Será concedido a cada candidato três minutos para as considerações finais, podendo exceder por no máximo mais um minuto

21h40 - Encerramento com assinatura de ata do debate

Sindserv exige explicações sobre supostos desvios no FAPS

O Sindserv protocolou, no dia 22 de agosto, o ofício - aos cuidados do presidente do FAPS, com cópia aos membros do conselho, e aos cuidados do prefeito de São Sebastião - solicitando agendamento de palestra para esclarecimentos de denúncias sobre “suposto não repasse da contribuição patronal recolhida dos servidores públicos municipais mantenedores e diretamente interessados na saúde financeira do fundo”.

O Sindserv sugere que a reunião seja dia 5 de setembro, às 19h, na sede do Sindicato dos Servidores, aberta a todos os funcionários ativos e aposentados da PMSS. A diretoria

entidade tomou conhecimento do fato por meio de relatos de servidores sindicalizados e tomou esta atitude levando em consideração, principalmente, “a falta de um periódico informativo do FAPS - Fundo de Aposentadoria e Pensões de São Sebastião (anteriormente solicitado)”.

No ofício, o Sindserv solicita a participação do presidente do FAPS (ou um representante) e dos membros do conselho do FAPS com o objetivo de sanar todas as dúvidas sobre a questão que, inclusive, é averiguada em inquérito por parte do Ministério Público. No caso, o promotor estaria investigando inicialmente os

repasses entre 01/11/2013 a 30/01/2014 e de 01/07/2014 a 31/07/2014.

Vale ressaltar que desde 2014 o Sindserv aplica todas as medidas legais possíveis para que não ocorra a dilapidação do patrimônio dos servidores públicos municipais, dentre elas, denúncias na Polícia Federal, cobranças junto à prefeitura e ao próprio FAPS sobre a transparência das contas. Inclusive consta na pauta de reivindicações, aprovada em assembleia pela categoria, a criação e divulgação de um informativo detalhado do FAPS, onde conste cálculo atuarial, investimentos, resgates, entre outros detalhes.

SINDSERV Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
Rua José David do Vale, 33 - Centro - São Sebastião - SP - CEP: 11.600-000
Tel. (12) 3892.1545 Fax: (12) 3892.4087 - 98121.8526
CNPJ: 50.322.130/0001-19 Site: www.sindserv.com / Email: sind.serv@uol.com.br

São Sebastião, 22 de agosto de 2016.

Ofício nº 171/2016

Assunto: Solicita agendamento de palestra sobre o FAPS;

Considerando que o artigo 8º, inciso III da Constituição Federal, confere a prerrogativa aos Sindicatos de defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Considerando a falta de um periódico informativo do FAPS - Fundo de Aposentadoria e Pensões de São Sebastião (anteriormente solicitado) e denúncias em relação ao suposto não repasse da contribuição patronal recolhida dos servidores públicos municipais mantenedores e diretamente interessados na saúde financeira do fundo, é que:

Solicitamos o agendamento de palestra esclarecedora, com a participação do Presidente ou um representante e dos membros do conselho do FAPS, com o objetivo de sanar todas as dúvidas, esclarecendo qualquer equívoco referente ao tema supracitado. Na oportunidade sugerimos o dia 05 de setembro do presente ano, às 19h00min, na sede desta entidade sindical;

Na certeza de pronto atendimento, renovamos nossas saudações sindicais.

Respeitosamente,
Audrei Guatura
AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
PRESIDENTE - SINDSERV

PROF MAR SÃO SEBASTIÃO
DEPTO DE GABINETE
PROTÓCOLO
Nº 1433/16
DATA 22.08.16
14:54 HS
VISTO [assinatura]

Exmo. Sr.
Ernane Bilotte Primazzi
DD - PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
Ilmo. Sr.
Samir Toledo da Silva
DD - PRESIDENTE DO FAPS
C/Cópia
Aos membros do conselho do FAPS

PROTÓCOLO
Nº 1433/16
22 ABR 2016
FAPS
SÃO SEBASTIÃO
ASSINATURA

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opinião e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.
Artigo XIX
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Centenas de servidores se dive



Comidas típicas, sor-teios e boa música fize-ram a alegria dos traba-lhadores e dependentes no 5º Arraiá do Sindserv, em Boiçucanga, na Costa Sul da cidade, na tarde do último sábado (30). Cen-tenas de servidores pu-deram se divertir em um ambiente agradável e con-correr a diversos prêmios, entre eles o bingo de uma TV Led 32". As crianças ainda ganharam brinque-dos nos jogos "pescaria" e "boca do palhaço".

Durante o evento houve muitos elogios à iniciativa do Sindserv de promover este momento de confraternização e descontração para a categoria. A festa ainda teve o concurso de "Melhor Fantasia Cai-pira" para o homem e mulher eleitos pelos pre-sentes e dentre os pratos típicos contou com muito cachorro-quente, milho verde, bolo de milho, de fubá, entre outras delícias.

A auxiliar de educação e moradora de Boiçucanga, Fatima Broca, conta que participou de todos os Arraiás promovidos pelo Sindserv e fica muito feliz por ter este momento cheio de alegria para se reunir com os amigos. Já a auxiliar de enfermagem, Debora Xavier, mora no bairro Enseada, na Costa Norte, veio pela primeira vez e adorou o evento. "Ambiente animado e agradável, com boa comida e muito bem organiza-do. Encontrei muita gente

conhecida e por mais que moro longe não é esforço algum, pelo contrário, foi muito divertido", afirma.

Ao parabenizar toda a equipe gestora pela administração do Sindserv, a agente de combate a endemias, Juliana Aparecida, destacou a qualidade do evento e que "pode perceber que tudo foi feito com muito carinho e cuidado". A agente de saúde, Luciene de Angelis, também ressalta que foi uma festa muito boa e que teve diversão para todas as idades.

O braçal, Sebastião Romão Cesar, de Maresias, falou sobre o bom atendimento. "A gente é muito bem recebido. Nos tratam muito bem e fazem a gente se sentir em casa. É um bom lugar para estar com a família", explica. O companheiro de trabalho, também de Maresias, João Carlos, complementou que "é um evento de paz e não se vê brigas". "Que continue sempre assim e que nunca falte festas como essas para a gente", conclui.

"Estamos felizes em poder proporcionar aos servidores momentos de lazer como este, repleto de companheirismo e união. Tudo é organizado com muito carinho para que o sindicalizado e seus dependentes possam aproveitar a festa da melhor forma possível", afirma Audrei Guatura, presidente do Sindserv.



Participaram no 5º Arraiá do Sindserv



Espaço Pense

E o 5º Arraiá teve uma novidade, o “Espaço Pense”. Neste local ocorreu a “Oficina da Mente”, onde os presentes puderam deixar frases e pensamentos sobre a luta dos trabalhadores e também fazer cartazes para expressar ideias e pensamentos diversos. Decorado com frases de grandes personalidades, o ambiente ainda contou com camisetas e livros que foram sorteados entre os que participaram da iniciativa.

O Sindserv agradece aos apoiadores do 5º Arraiá:

- Costa Marina
- Padaria Barequeçaba
- Wizard
- Soesp Odonto
- Uniodonto
- Ruiz Contabilidade
- Mega Papelaria
- Boigiganga
- Kit Festa da Nadir

Sindserv convoca funcionários da Fundação de Saúde para assembleia extraordinária



Durante as Campanhas Salariais, os funcionários da FSPSS participaram de assembleias para deliberar as propostas da Fundação de Saúde

Para dar continuidade ao processo de luta pelos direitos da categoria celetista, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) convoca todos os funcionários da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS) para assembleia geral extraordinária. A reunião está marcada para dia 8 de setembro, com a primeira chamada às 17h e a segunda às 18h, na sede central da entidade, para tratar sobre o dissídio coletivo, entre outros temas.

A categoria irá dialogar sobre a pauta de reivindicações dos trabalhadores da FSPSS, as cláusulas econômicas e sociais, os índices de reajuste salarial para os anos de 2014/2015 e 2015/2016, também ratificar as decisões das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 20 de abril de 2016 e em 16 de junho de 2016, bem como deliberar sobre as cláusulas sociais negociadas entre o Sindicato e a Fundação, o índice de reajuste salarial proposto pela FSPSS e a autorização para a entidade sindical suscitar dissídio coletivo de natureza econômica.

Desde o início de 2016 o Sindserv representa legalmente os servidores da Fundação de Saúde Pública. Entre as reivindicações da categoria durante as campanhas salariais e que constam no Acordo Coletivo de Trabalho, as principais são: as reposições salariais, que não ocorrem desde a admissão dos funcionários em 2014, reajuste do vale alimentação de R\$ 93,31 para R\$ 300, e que seja instituído o vale refeição de R\$ 25 (por dia).

A sede central do Sindserv fica na Rua José David do Vale, 33, no Centro. Mais informações pelo (12) 3892.1545 ou sind.serv@uol.com.br.

Trabalhadores se mobilizam em defesa dos direitos constitucionais de reposição salarial e por melhores condições de trabalho. A categoria acumula perda salarial de mais de 22% e contou com o apoio da população sebastianense durante passeatas e manifestações que ocorreram na região central da cidade durante o mês de maio deste ano.



SINDSERV Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
Rua José David do Vale, 33 – Centro – São Sebastião – SP – CEP: 11.600-000
Tel. (12) 3892-1545 Fax: (12) 38924097
CNPJ: 50.322.130/0001-19 Site: www.sindserv.com / E-mail: sind.serv@uol.com.br

EDITAL 2016 CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA FUNDAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, CNPJ 50.322.130/0001-19, com sede e foro na rua José David do Vale, n. 33, centro, na cidade e comarca de São Sebastião, estado de São Paulo, em conformidade com o disposto no artigo 53, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca os seus associados e não associados, especialmente da Fundação da Saúde Pública de São Sebastião, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na data e local e pauta abaixo discriminados:

DATA: 08/09/2016 – quinta-feira

LOCAL: Sede central – Rua José David do Vale, n. 33, centro, São Sebastião-SP

HORÁRIO: 1ª. Convocação – 17h00min
2ª. Convocação – 18h00min

PAUTA: Debate e deliberação dos seguintes assuntos da ordem do dia: a) Pauta de reivindicações dos trabalhadores da Fundação da Saúde Pública de São Sebastião, cláusulas econômicas e sociais; b) Índices de reajuste salarial para os anos de 2014/2015 e 2015/2016; c) Ratificação das decisões da assembleia geral extraordinária realizada em 20 de abril de 2016; d) Deliberação sobre as cláusulas sociais negociadas entre o Sindicato e a Fundação; e) Deliberação sobre o índice de reajuste salarial proposto pela Fundação; e) Ratificação das decisões da assembleia geral extraordinária realizada em 16 de junho de 2016; e) Autorização para a entidade sindical suscitar dissídio coletivo de natureza econômica; f) Votação da matéria.

São Sebastião, 30 de agosto de 2016.

Audreli Queli da Silva Guatura
AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

"Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras."

Artigo XIX
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

NO BRASIL

“Colaborador” é o jeito moderno de chamar o abuso da mão de obra da classe trabalhadora



Foto: Camila Domingues/Divulgação

Por **Átila da Rold Roesler**
Juiz do Trabalho

De início, peço desculpas aos leitores porque este não vai ser um texto elegante porque é necessário dar o nome correto aos fenômenos que ocorrem no mundo do trabalho. O poder da linguagem é mesmo surpreendente e faz com que exploradores e explorados adotem o mesmo discurso da alienação e dominação em tom uníssono. Assim é que grandes corporações, empresas transnacionais e mesmo empregadores de pequeno porte vêm adotando já há alguns anos em sua linguagem o termo “colaborador” para designar seus empregados de mais baixo escalão: ajudantes gerais, de produção, auxiliares de manutenção ou de limpeza etc. Surgiu mais recentemente o termo “ponto focal” para designar os chefes imediatos, ou seja, aqueles que ficam com o “chicote na mão”, cobrando metas inatingíveis impostas de cima para baixo. Só que esses “fatores moder-

nos” também são pressionados pela empresa, sob pena de serem punidos numa espécie de assédio horizontal-vertical.

Então, num passe de mágica ou de retórica bem engendrada, trabalhadores se tornam “colaboradores” e “chefe” se torna “ponto focal” porque todos devem colaborar com a empresa e, inconscientemente, passam a crer que a empresa que os explora e deles retira todo o seu lucro esteja muito preocupada com a qualidade de vida e o bem-estar de seus “colaboradores”. Freud explica.

Mas ao invés de Freud, vamos citar Marx. Para o filósofo alemão, esse fenômeno se chama alienação, onde o trabalhador, desenvolvendo a sua atividade criadora em condições que lhe são impostas pela divisão da sociedade em classes, é transformado num mero meio para a produção da riqueza particular simbolizada pelo dinheiro. Em lugar do produto ser criado livremente pelo produtor (trabalhador), é

o produtor que fica subordinado às exigências do mercado capitalista onde o produto vai ser vendido provocando um fenômeno de desumanização ou estranhamento. É assim que o trabalhador passa a desconhecer todas as suas potencialidades criadoras como ser humano e deixa de se desenvolver em sua plenitude[1]. A alienação afeta o trabalhador em sua maneira de pensar, em seu modo de compreender as coisas e o próprio sistema em que está inserido e, assim, alguns indivíduos detentores dos meios de produção capitalista criam instituições, símbolos e expressões que parecem ganhar vida própria e os impõem à toda a sociedade alegando que são da conveniência universal, tornando-se verdades absolutas.

Clóvis de Barros Filho e Gustavo Fernandes Dainezi ilustram bem essa situação: “Quando alguém lhe propõe um workshop na praia, o que está dizendo é: ‘Olha, meu amigo, nós vamos lá fazer cobranças, colocar metas para você cumprir; aumentar a sua carga de trabalho, aumentar sua preocupação e tudo mais, mas não se preocupe, no final, você faz uma tirolesa e esquece um pouco a parte ruim da vida, porque esta nós não vamos mudar nem um pouquinho’”[2].

E arrebata: “Estamos todos, no final das contas, sob as asas do capital, e, quando legitimamos todas as estratégias de dominação e alienação, so-

mos o pior dos seres para nós mesmos, porque aceitamos o enrabamento e achamos que o enrabamento faz parte da natureza das coisas, que o mundo é assim, uns fodem e os outros são fodidos. E ainda nos alegramos com o curativo existencial da qualidade de vida, e achamos que a empresa que nos explora é muito preocupada conosco, quando, na verdade, tudo isso não passa de distrações baratas para que não se questione e nem se perceba a injustiça de todo o resto de sua convivência”[3].

Como precevi no início, esse não seria um texto polido, elegante. Entretanto, mais deselegante do que este artigo é a situação atual da classe trabalhadora que convive diariamente com a estafa, o estresse, cobranças por metas inatingíveis, horas extras habituais, banco de horas perversos, salários indignos, desgaste, sobrecarga, locais de trabalho insalubres ou perigosos, assédio moral, acidentes e doenças ocupacionais... e ainda assim é chamada de “colaboradora” no discurso capcioso adotado pelo capital (empresariado).

Na língua portuguesa, “colaborar” significa voluntariamente trabalhar para o bem comum visando um mesmo objetivo[4], o que não é o caso. Por isso, a linguagem ocupa um papel fundamental no processo de conservação das relações de produção como elas são; embora se disfarce de neutralidade. Ora, o operário não tem escolha já que é forçado a

vender a sua força de trabalho ao capitalista para poder sobreviver no sistema econômico atualmente vigente. Mais correto atualmente seria chamar o trabalhador de “explorado” ou “precarizado”, afinal, considere que o detentor do capital é o explorador do seu trabalho e dele retira a mais-valia a fim de buscar o lucro a qualquer custo, inclusive, sob a constante ameaça de “flexibilizar” (leia-se: precarizar) a legislação trabalhista para aumentar ainda mais a lucratividade sob o falacioso discurso da “crise econômica” ou da “falta de competitividade”.

Então, trabalhador, entenda bem: você não é “colaborador”, você é o “pato”, somos todos “patos”!

Átila da Rold Roesler é juiz do trabalho na 4ª Região e membro da Associação Juizes para a Democracia (AJD). Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Processual Civil. Pós-graduando em Sociologia. Foi juiz do trabalho na 23ª Região, procurador federal e delegado de polícia civil. Publicou os livros: Execução Civil – Aspectos Destacados (Curitiba: Juriá, 2007) e Crise Econômica, Flexibilização e O Valor Social Do Trabalho (São Paulo: LTr, 2015). Autor de artigos jurídicos em publicações especializadas. Professor na pós-graduação na UNIVATES em Lajeado/RS e na FEMARGS – Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

[1] Konder, Leandro. Marx: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 3ª ed., 2015, p. 39.

[2] Devaneios sobre a atualidade do Capital. CDG Editora, 1ª ed., 2014, p. 24.

[3] Ob. cit., p. 25.

[4] <http://www.dicio.com.br/colaborar/>.

Excluindo o povo do orçamento público

O governo interino enviou ao Congresso Nacional um projeto central para sua ação política: uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para limitar a expansão das despesas orçamentárias. Na fachada, a PEC 241/2016 cria um novo regime fiscal, que abrange as despesas de todos os poderes da União e dos órgãos com autonomia administrativa e financeira. A cada um deles será fixado um limite anual e individualizado para a despesa. Na realidade, a proposta de mudança constitucional desconstitui as bases do modelo de cidadania criado em 1988 e limita a capacidade estatal de agir em prol da construção de um modelo de desenvolvimento, com distribuição de renda.

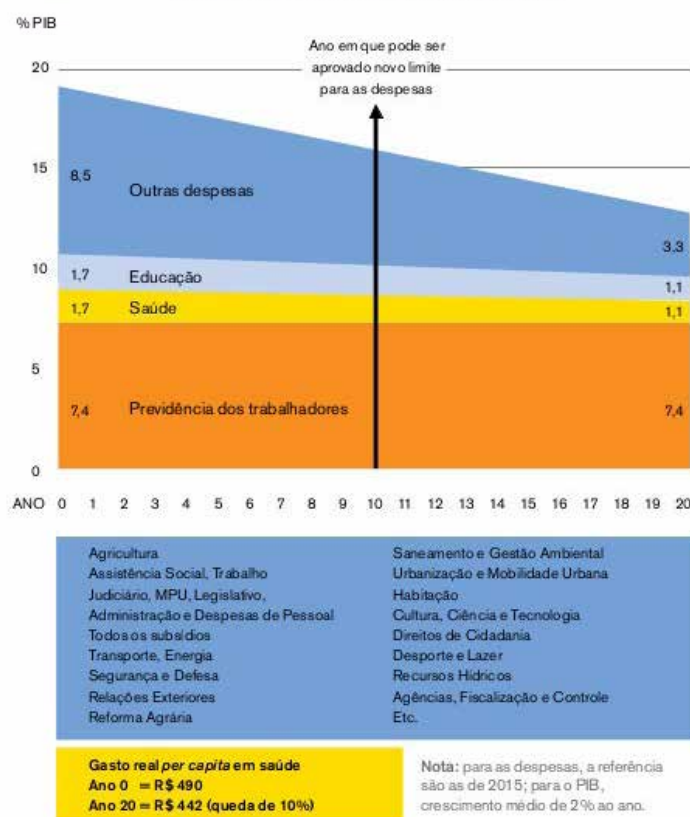
Para cada ano, esses limites serão as despesas do ano anterior corrigidas pelo IPCA, do IBGE. Há algumas exceções

previstas, mas fundamentalmente esse modelo impõe um extremado grau de limitação dos governos nos próximos vinte anos. Se aprovado, não há como manter os direitos sociais existentes; não há como atender às demandas pela ampliação ou melhoria dos serviços públicos; não há como prover infraestrutura. Hoje, por exemplo, as despesas com saúde e educação possuem critérios específicos de proteção, mas perderão as garantias atuais e apenas a correção inflacionária sobreviverá. E, como o limite é total, qualquer recurso a mais que for direcionado para essas áreas implicará cortes em outros programas. Esse modelo inverte a lógica constitucional: onde há obrigação de gastos mínimos haverá um teto, um máximo de gasto.

Esses limites, até 2037,2 restringirão os programas de governo e a vontade do povo,

expressa nas ruas e nas urnas, pelos próximos cinco mandatos presidenciais. Mesmo que a economia cresça e permita, e o Estado tenha capacidade para melhorar as condições de vida da sociedade, o teto vai impedir esse avanço social. Além de atentar contra os direitos que se possa acompanhar o tamanho dessa restrição, entre 2005 e 2015, as receitas do governo federal cresceram 155%, e o PIB, 172%. Nesse mesmo intervalo, se as despesas estivessem limitadas pela inflação, elas teriam sido corrigidas em 77%. Para onde teria sido dirigida toda essa diferença? Impedido de ser utilizado em saúde, educação, segurança, defesa, agricultura, desenvolvimento, infraestrutura, o montante seria destinado ou para os gastos financeiros ou para aumentar o lucro das empresas, pela diminuição dos tributos. (Via Flávio Tonelli Vaz, no blog de Renato Rabelo)

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA UNIÃO,
SOB OS EFEITOS DO CONGELAMENTO DA PEC 241/2016



SINDSERV FLAGRA

• **Tétano** - É lastimável a situação do banheiro da Enseada disponível para os Braçais utilizarem durante o serviço. Os armários utilizados para guardar uniformes (inclusive que precisam ser renovados há algum tempo) e equipamentos estão cobertos por ferrugem e ainda com portas que não fecham, ou até mesmo sem elas. Ainda sem contar a infiltração na parede e fios desencapados onde ficam os chuveiros.



• **Na lama** – O Posto da Saúde da Família (PSF) de Jaquehy está literalmente na lama. Para ter acesso ao local é preciso passar pela área de terra e, principalmente quando chove, os servidores e pacientes tem que se submeter a passar pelo mar de lama e o fluxo de pessoas leva grande quantidade de barro para dentro da unidade, comprometendo as condições de higiene do local.



• **Quase “Na chon” I** – Os estudantes da Escola Municipal Solange de Paula, da Enseada, estão proibidos de praticar esportes na quadra. Porque mais uma vez a prefeitura deixou a situação predial chegar ao limite e foi necessária a interdição do local devido o risco de desabamento. A deterioração da estrutura é nítida, com as bases corroídas pela falta de manutenção do patrimônio público.



• **“Na chon”** – E de quase em quase, a prefeitura deixa o tempo passar até que a ‘tragédia anunciada’ acontece. Mais um espaço público vai ao chão, agora foi a vez da quadra da Escola Municipal Maria Alice Rangel, no Jaraguá, e a ventania foi o último empurrãozinho que faltava, uma vez que era nítida a destruição das ferragens e das bases. De acordo com moradores e servidores da região, o local não estava interditado e ainda bem que não havia nenhuma criança no momento do ocorrido.



• **Quase “Na chon” II** – Praticamente na mesma situação está o Centro Comunitário do Jaraguá. O galpão também está interditado por risco de desabamento e com a estrutura totalmente deteriorada e abandonada.



• **Mosaico** - O Centro de Saúde do Jaraguá e a UBS da Enseada não ficam para trás no quesito manutenção. Com rachaduras que vão do teto ao chão, ao olharem para a situação dos prédios públicos os servidores e os pacientes temam por desabamento.



ATENÇÃO SERVIDOR - DENUNCIE

E atenção servidor, se você tiver alguma denúncia, mande um email para jornalismo@sindserv.com. Você pode também mandar um vídeo com as condições de trabalho do seu setor para que este seja reproduzido na nossa página nas redes sociais: [facebook.com/sindserv.independente](https://www.facebook.com/sindserv.independente)



Espaço Jurídico: PROCURADOR ADMINISTRATIVO X GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS



A luta para receber o adicional de periculosidade parece não ter fim.

Frustradas todas as vias administrativas, foi solicitada, no Poder Judiciário, a condenação do município a pagar o adicional de periculosidade. Os primeiros servidores que ajuizaram a ação, há muito estão recebendo o aludido adicional, direito reconhecido em perícia realizada por profissional imparcial, nomeado pelo Poder Judiciário.

Contudo, o procurador trabalhista do município continua a rejeitar um fato que incontestável e prorroga o andamento dos processos, acarretando acúmulo de serviços na procuradoria trabalhista, no jurídico do SINDSERV e no próprio Judiciário.

A insatisfação dos servidores é justa, pois imaginem três guardas realizando a ronda e somente um recebendo o adicional de periculosidade. Isso é justo, é moralmente correto?

Não podemos deixar de destacar que essa manobra de tentar afastar um direito cristalino onera os cofres públicos, pois além da condenação ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios, juro e correção monetária em cima do adicional de periculosidade devido ao servidor, há ainda um gasto de aproximadamente R\$ 1.000,00, referente à perícia em cada processo, custos que serão pagos pelo perdedor.

Portanto, quando a municipalidade nega a concessão do direito e perde uma ação, quem paga a conta somos nós, munícipes contribuintes, motivo pelo qual esperamos que a Administração trate o servidor com dignidade e justiça e modifique o seu entendimento sobre o caso.

TABELAS SALARIAS

O SINDSERV, ao ser informado por servidores que haviam tabelas salariais distintas para servidores que estão no mesmo cargo e grau, imediatamente solicitou informações da Administração.

O ofício encaminhado para o Departamento de Recursos Humanos há muito está tramitando e encontra-se na Secretaria de Administração.

Esperamos respostas concretas e a correção dos possíveis erros praticados pela Administração, pois há provas concretas da distorção salarial.

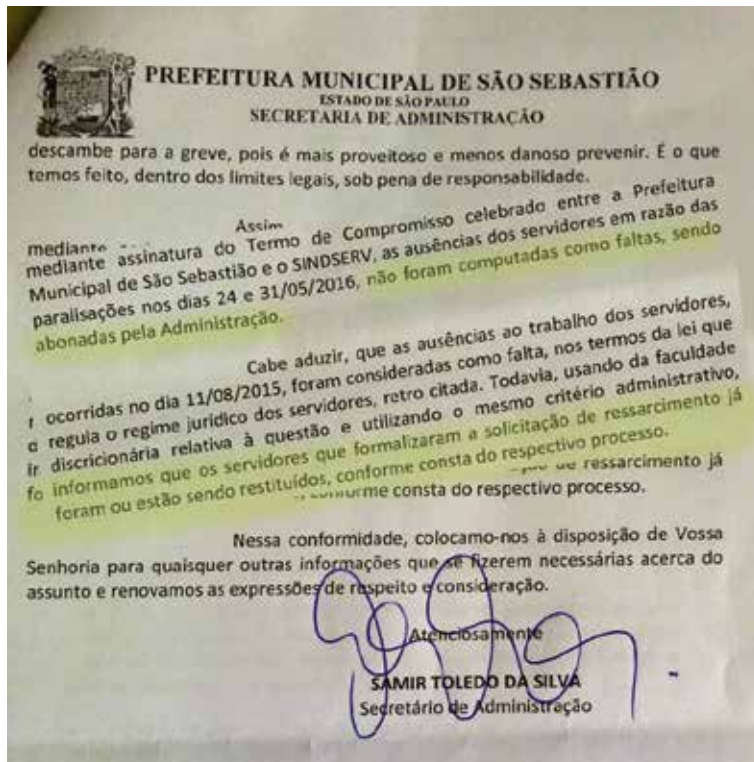
Comparem os seus holerites e reflitam.

O fato é reprovável e o SINDSERV está ajuizando centenas de ações para coibir esse ato que acarreta prejuízos financeiros para o servidor. Se você acredita que se enquadra neste caso e estaria com prejuízos salariais o Departamento Jurídico do Sindserv está à disposição para defender seus direitos.



Dr. Roberto Eduardo da Silva Junior
OAB 159.480/SP

Após pressão da categoria, prefeitura não irá descontar os dias de greve



Junto dos trabalhadores, a diretoria do Sindserv seguiu firme para garantir o não desconto dos dias de greve e conquistou o reconhecimento da administração por um direito da categoria.

O Sindserv protocolou, no dia 20 de junho, um ofício na Secretaria de Administração (Secad), onde solicitou que não se-

jam computadas faltas referentes às paralisações de 2015 e 2016, “bem como o ressarcimento do dia de trabalho descontado dos servidores públicos”, de acordo com o documento.

No dia 8 de agosto, a prefeitura respondeu que “mediante Termo de Compromisso celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Sebastião e

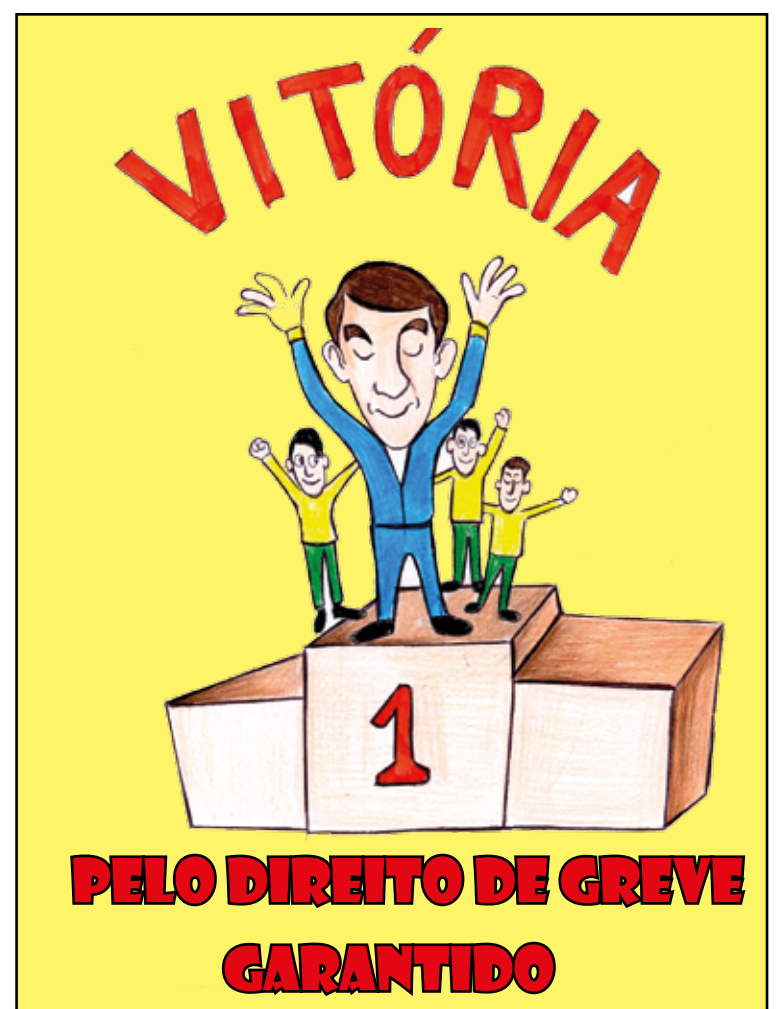
o Sindserv, as ausências dos servidores em razão das paralisações nos dias 24 e 31/05/2016, não foram computadas como faltas, sendo abonadas pela administração” e ainda firmou que quem teve desconto referente a 2015 será restituído.

Para a presidente do Sindserv, Audrei Guatura, foi uma grande conquista para o servidor este reconhecimento da administração municipal. “É uma vitória para o trabalhador e é também o resultado de uma greve legítima por um motivo mais do que justo, a reposição salarial. Isso mostra que estamos no caminho certo, com uma postura forte, de luta por nossos direitos, mas sempre fazendo nossas ações de forma respeitosa e dentro da Lei. O trabalhador tem o direito de se manifestar e cobrar por melhores condições de trabalho”,

destaca.

Audrei explica também que caso o trabalhador tenha os dias citados descontados é necessário procurar o Departamento de Recursos Humanos

(RH) para solicitar a devolução, como também o Sindserv está à disposição para auxiliar em qualquer procedimento necessário para que o acordo seja cumprido.



Sindserv denúncia no MP irregularidades na Secretaria de Segurança

O município descumpra a Lei 13.022/2014 que regulamenta a atividade da GCM



O Sindserv protocolou no Ministério Público, no dia 18 de agosto, um ofício denunciando o descumprimento do artigo 22, da Lei 13.022/2014, que regulamenta as atividades

das Guardas Civis Municipais (GCM) criando o estatuto geral. De acordo com a legislação, “aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação

[11 de agosto de 2014], cujas disposições devem adaptar-se no prazo de dois anos”.

O documento ainda solicita que medidas jurídicas sejam aplicadas pelo Ministério Público para que a Lei possa ser respeitada no município e a GCM venha a ser totalmente ajustada. Vale destacar que dia 11 de agosto deste ano esgotou o prazo para que a prefeitura faça as adequações necessárias. No dia 24 de agosto, em resposta ao Sindserv, o MP informou que iniciou a verificação dos dispositivos da Lei que o município estaria incidindo em ilegalidades.

De acordo com informações do Sindserv, esta Lei é uma forma de assegurar que o GCM possa trabalhar de forma digna, com treinamentos e capacitação periódica, com plano de carreira específico, comando composto por guardas de carreira, entre outros.

Os diretores do Sindserv foram até as bases e conversaram com os GCMs e perceberam que muitos guardas anseiam que a Lei 13.022/2014 seja cumprida em sua totalidade o quanto antes. Os servidores também se mostraram descontentes com as condições de trabalho. “O básico do que precisamos a gente não

tem. Às vezes não tem combustível para colocar na viatura, que inclusive praticamente só tem uma em patrulha”, lamenta um trabalhador.

Outro GCM ainda completou que o sistema de comunicação é precário e não lembra última vez que recebeu um novo uniforme, principalmente de inverno. “O primeiro passo é ter um Plano de Carreira e um Código de Conduta elaborado em conjunto com a categoria. Estes são elementos obrigatórios para a promoção de pessoas qualificadas e bom andamento de todas as outras etapas”, afirma o guarda.

Palestra sobre ditadura no Brasil mostra luta operária contra a opressão



Com o tema “Ditadura no Brasil e a repressão à organização dos trabalhadores”, a palestra organizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) e pelo Fórum Sindical do Litoral Norte reuniu bom público na noite do dia 11 de agosto. Mesmo com ventania e pancadas de chuva, cerca de 20 pessoas estiveram na sede central do Sindserv para ouvir Markus Sokol explicar sobre a organização dos movimentos operários para lutar contra a opressão.

Servidores públicos, professores, trabalhadores portuários e petroleiros

participaram da iniciativa e puderam expor diferentes opiniões sobre o tema. Markus Sokol, que é economista e participou desde movimentos estudantis até na organização independente dos trabalhadores, parabenizou os responsáveis pelo evento e reforçou que “ações como esta são fundamentais para que os trabalhadores possam colocar em mãos a própria história”.

A explanação foi dividida pelo palestrante em três períodos históricos, o golpe militar em 1964, a era de chumbo de 1969 a 1978 e o desmonte do regime militar com protagonismo da classe trabalha-

dores entre 1978 e 1985. “Foi um regime brutal, mas com relativa fragilidade. Vimos eleições com 40% de votos nulos, brancos e abstenções. Também vimos à população que não tinha uma consciência política, mas tinha resistência ao regime e nos protegia. Não foi fácil, mas é evidente que esta luta fez o Brasil mudar para melhor”, afirma Sokol.

Ainda durante o evento, os petroleiros presentes pediram o apoio de todas as categorias e da população em geral para a luta contra a privatização. “São R\$ 15 trilhões, uma reserva para 100 anos e eles querem entregar de bandeja. Vai ser o maior golpe para as novas gerações e nosso maior poder de pressão é a greve”, explicam.

A ação tem o objetivo de iniciar um ciclo de estudos e formação em política sindical, onde os organizadores pretendem realizar outras atividades além de palestras, como cursos e debates.

Sindserv integra Fórum Sindical e apoia luta dos trabalhadores portuários



A categoria também busca reajuste salarial e melhores condições de trabalho

Após deliberação do Fórum Sindical do Litoral Norte de apoiar a luta dos trabalhadores portuários, o Sindserv somou forças à categoria e esteve na paralisação que ocorreu na entrada principal do Porto de São Sebastião, no dia 9 de agosto.

De acordo com informações do Fórum Sindical, os trabalhadores do Porto de São Sebastião realizaram paralisação geral das atividades por

24 horas e cobraram reajuste salarial, entre outras reivindicações. Funcionários de todas as áreas, incluindo também guardas portuários, administrativos, balanceiros, fiel de armazém, participaram do movimento.

Após o anúncio da paralisação, a Docas ofereceu aos trabalhadores reajuste parcelado de 3% imediatos e 5% para janeiro. A proposta foi rejeitada pela categoria, em assembleia, visto que esse reajuste, além de ser parcelado, não corresponde à inflação do período.